

Presidente sanciona reajuste da bolsa de residência médica

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) conclamou os senadores a aprovarem o projeto de lei da Câmara (PLC) 112/06, no último dia 28 de novembro, que reajusta para R\$ 1.916,45 a bolsa de estudo concedida aos médicos residentes brasileiros em regime especial de treinamento de 60 horas semanais. Líder do PSB no Senado, ele informou que todos os demais líderes partidários assinaram o requerimento de urgência para a votação do projeto, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Da tribuna, disse esperar que a aprovação do reajuste ajude a por fim à greve nacional dos médicos residentes, iniciada em 1º de novembro último. O valor da atual bolsa de estudo é de R\$ 1.470,00 para o regime de serviço de 60 horas semanais, valor esse sem reajuste há cinco anos. Ele frisou que o papel desses profissionais nos hospitais públicos é vital para a população de baixa renda.

O senador disse que os hospitais brasileiros apresentam diversos problemas, como a falta de médicos experientes para auxiliar os residentes e a falta de materiais essenciais ao funcionamento dos ambulatórios e prontos-socorros. Além do reajuste nos vencimentos, a greve dos médicos aprendizes tem por objetivo a melhoria do atendimento à população e a contratação de mais profissionais.

“Enfim, querem um atendimento decente para a população que depende diretamente dos seus serviços”, informou Valadares, pouco antes de ser apartado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), que apoiou e elogiou o pronunciamento.

Assim que foi aprovado pelo Senado, chegou para a sanção do presidente, que decretou a seguinte Lei em benefício da categoria:

LEI Nº 11.381, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2006

DOU 04.12.2006

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e revoga dispositivos da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a R\$ 1.916,45 (mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

Brasília, 1º de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

José Agenor Álvares da Silva

Paulo Bernardo Silva

Fonte: Diário Oficial da União – Poder Legislativo